

OS ORGANISMOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NA ÁFRICA*

Henrique Altemani de Oliveira
Centro de Estudos Africanos da USP

Os Períodos da Economia Africana

A maior parte dos estudos sobre a história econômica do continente africano costuma analisá-la comparativamente ao processo europeu.

Assim, autores como Samir ("Sous-développement et dépendence en Afrique Noire: les origines historiques et les formes contemporaines". — in *Revue Tiers-Monde*, T. XIII, nº 52, 1972, p. 753-778) ou J. Forbes Munro ("Africa and the international economy: 1800-1960". Londres, J. M. Dent and Sons, 1976 230 p.) dividem a história econômica africana em quatro períodos distintos:

1º — O período pré-mercantilista que se estendeu de suas origens até o século XVII. A principal característica deste período foi a existência de rotas comerciais que normalmente avançavam para o interior da África através do Mediterrâneo e do Saara.

O comércio transsaariano desempenhou nesta época uma função muito importante, permitindo a todo Antigo Mundo, mediterrâneo, árabe ou europeu se suprir de ouro junto às fontes de produção anterior à América: a região do alto Senegal e do Ashanti.

Para as sociedades da África Negra, este comércio foi fator essencial em sua organização, favorecendo o desenvolvimento e a manutenção

* Comunicação apresentada na Mesa-Redonda sobre "Relações Internacionais" no primeiro Congresso Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos promovidos pela ALADAAB, realizado na USP em novembro de 1984.

dos impérios africanos do período pré-colonial. A exploração real do ouro possibilitava, de um lado, o fornecimento de produtos raros e luxuosos e, de outro, os meios de reforçar seu poder social e político (cavalos, cobre, barras de ferro, armas).

2º — O período mercantilista do século XVII até 1800 caracterizou a África como fornecedora de mão de obra escrava para as plantações da América. Neste momento, a África começou a perder sua autonomia, pois passou a ser dependente de exigências externas.

Se o comércio transsaariano tinha reforçado o desenvolvimento de reinos e impérios africanos, o tráfico escravagista representou um fator de desagregação das sociedades e dos Estados. Pode-se citar, especialmente, a desintegração do reino do Waalo no Senegal e o reino do Kongo.

3º — A integração ao sistema capitalista no século XIX, através do término do tráfico escravagista e a nova função de fornecedora de produtos, matérias primas e bens agrícolas para as potências industriais.

4º — Por fim, a "partilha da África" no final do século XIX impôs a colonização ao continente. Através da dominação política direta, os colonizadores organizam a sociedade para produzir bens de exportação nas melhores condições possíveis do ponto de vista da metrópole.

A Situação Econômica Após as Independências

A economia africana apresenta duas características básicas dependentes uma da outra na sua história colonial. De um lado, o caráter de extraversão e, do outro, o de desarticulação interna, ambos derivados de sua formação econômica voltada para os interesses das Metrôpoles.

Seja nas atividades minerais, seja nas práticas agrícolas, todos os recursos eram essencialmente exportados no estado bruto e a maior parte dos projetos anteriormente instalados eram visualizados somente em função de seus mercados externos. Assim, a extraversão alimentava a extraversão desde que os mercados internos jamais constituíssem preocupações ativas.

Os setores industriais exclusivamente preocupados em exportar, transformam-se muito depressa em setores isolados, favorecendo a desarticulação interna, e, da mesma forma, se esses setores não têm nenhum fluxo entre si, são propícios à extraversão.

A desarticulação interna ligada à extraversão prova que a coerência econômica do sistema africano encontra-se num nível mais amplo do que

a **África**. Se há disparidades regionais ou setoriais, é porque a África permanece fundamentalmente dependente do exterior e que no quadro dessa lógica que lhe é exterior, certos setores e certas regiões são sufocadas.

Esta dupla característica de desarticulação e de extraversão manifesta-se particularmente como a causa e o resultado de um verdadeiro bloqueio estrutural das possibilidades de desenvolvimento. Rapidamente, este bloqueio reforça-se de forma cumulativa tão coesa que as ações necessárias para rompê-lo devem ser mais rigorosas. Bernis caracteriza este efeito cumulativo em três observações.

- a) as técnicas não progridem em nenhuma parte, nem no artesanato que não se renova, nem na agricultura, nem na indústria que logo se satisfaz em prosseguir a exploração de uma técnica inicialmente dada: Desde então, as produtividades do trabalho não se elevam, não mais do que os mercados. A estagnação é a regra.
- b) cada um dos setores se erige em "setor de financiamento fechado" e nenhum setor procura mobilizar o excedente que produziu ou que seria suscetível de produzir para outros fins do que o serviço de seus próprios interesses, quando se trata de uma lógica capitalista. Resulta daí um novo bloqueio; o país não tem os meios de seu desenvolvimento porque ele se mantém nesta situação.
- c) enfim, a dependência do exterior cresce de etapa em etapa à medida em que a criação de novas empresas leva à necessidade de financiamento e de recurso aos mercados exteriores". (Gérard Destanne de Bernis; Sid Ahmed Ghozali — "Les hydrocarbures, l'industrialisation et l'Algérie". Alger, apostilado, s. d. p. 6).

As Escolhas das Perspectivas de Desenvolvimento

Parece que estes impedimentos constituem uma oposição monolítica ao nascimento de uma coerência econômica africana, oposição de fato devido às características da situação econômica nos primeiros anos de independência e oposição política devido ao poder dos interesses exteriores que se encontram em causa.

O caráter de extraversão de uma economia, bem como o próprio subdesenvolvimento, não é produto do acaso, mas sim o resultado de circunstâncias históricas que apresentam uma lógica coerente. Assim, toda política de desenvolvimento deve implicar igualmente numa outra lógica e coerência rigorosa. Trata-se de uma substituição de um centro de decisões externo por um nacional, indispensável para a realização dessa coerência interna. Essa coerência pode ser definida pela adequação da demanda e

das ofertas. Isto é, deve ocorrer o planejamento da produção de modo a haver um setor de consumo pronto para absorver a produção.

A extraversão encontra esta coerência no exterior, enquanto que a intraversão procura organizar o interior da economia pelo estabelecimento de um fluxo interno. No que diz respeito ao financiamento da economia, a extraversão admite a dependência do exterior, sendo que a intraversão procura uma base de acumulação interna esforçando-se por maximizar o excedente.

Não se quer com isso dizer que o desenvolvimento da economia africana e ou dos países africanos possa ser construído numa forma isolada, seja porque o comércio exterior pode em certas condições desempenhar um papel importante de estimulante, seja porque os países africanos não poderão produzir tudo o que tiverem necessidade. Não se deve, no entanto, confundir o que é meio e estimulante com objetivo fundamental.

Em matéria de perspectivas de desenvolvimento, diferentes espaços de solidariedade e de interdependência são sentidos pela população e pelos governantes e representam o objetivo de tomada de posições, de escolhas que não são necessariamente de essência econômica, no início, mas que têm repercussões econômicas.

Michel Chatelus distingue três grupos de espaços de desenvolvimento:

- 1º — inscrição no espaço organizado e dominado pelos países capitalistas desenvolvidos;
- 2º — escolha de um espaço econômico nacional estreitamente integrado no espaço internacional e se impondo como parte ativa na divisão internacional do trabalho;
- 3º — busca de um espaço nacional cujo desenvolvimento seria autocentrado com os riscos de contágio tecnológico e de absorção progressiva num sistema capitalista mundial, negando essa especificidade essencial aos modelos nacionais.

Nesse sentido, determinados países africanos opõem-se, de partida, a toda integração ao mercado internacional e a um espaço econômico construído e polarizado em benefício dos países desenvolvidos. Assim, seus projetos apresentam uma dupla contradição: a de um mercado interior muito restrito para certos tipos de produção e a recusa de acatar a divisão internacional entre países industrializados e países fornecedores de matérias primas.

Os Organismos de Integração Econômica Regional

Para anular esta contradição, diferentes Estados africanos procuraram nortear seus projetos buscando realçar a necessidade de uma integração

entre países que apresentassem afinidades geo-históricas, ainda que de natureza discutível.

Assim, a partir das independências, um dos principais objetivos fixados no plano econômico de alguns Estados africanos foi o de implantação de um programa de integração econômica. Visava-se, teoricamente, com esta política de cooperação instituída ao nível regional ou sub-regional, a adoção de medidas que per si possibilitassem o desenvolvimento econômico dos países membros, seja quanto à geração de empregos para a população urbana e rural, seja para a adequação da produção às necessidades internas, de forma a reverter a tendência de extravasão, pelo estabelecimento de um fluxo interno.

Isto é, procurava-se contando com seus próprios meios em termos de disponibilidade de mão-de-obra e de recursos naturais (minerais ou rurais/agrícolas) promover o desenvolvimento econômico conjunto.

Os organismos de cooperação assim estabelecidos sobrepõem-se ao Estado para facilitar a solução de todo um conjunto de problemas cujas dimensões ultrapassam o quadro nacional.

As principais medidas, sob um prisma genérico, instituídas pelos organismos de integração econômica para poder gerar o desenvolvimento econômico através da adequação das demandas e das ofertas, podem ser resumidas da seguinte forma:

- a) a supressão entre os países membros dos direitos alfandegários ou de todo contingenciamento de modo a se transformar em fator de criação ou de expansão de trocas internas;
- b) a adoção de tarifas externas comuns com índices mais elevados para os produtos manufaturados de modo a proteger o nacional, agora regional, como uma extensão da política de substituição de importações;
- c) o estabelecimento de uma política intergovernamental de acordos para a distribuição de algumas indústrias chaves de forma a poder operar em economia de escala.

Resumidamente, todos os organismos almejam estabelecer mercados comuns com ênfase no desenvolvimento industrial, sendo a integração econômica visualizada não só como um instrumental para reverter a dependência neocolonial mas também para acelerar o desenvolvimento das diferentes economias.

Assim, com o processo de integração e industrialização proposto procura-se:

- a) transformar e reestruturar a agricultura;
- b) integrar a economia;

- c) integrar os homens pela criação de empregos;
- d) substituir um centro de decisão externa por um centro de decisão nacional

De acordo com estes objetivos, os principais organismos de integração regional constituídos na África Negra foram:

- 1° — União Aduaneira e Econômica da África Central (UDEAC) compreendendo o Congo, Gabão, Camarões e a República Centro-Africana.
- 2° — Comunidade da África do Leste (CAE) entre o Quênia, Tanzânia e Uganda.
- 3° — Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO) compreendendo a Costa do Marfim, Burkina-Faso, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal.
- 4° — Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) ultrapassando tanto barreiras linguísticas quanto coloniais e compreendendo o Benin, Cabo Verde, Costa do Marfim, Burkina, Faso, Guiné, Guiné-Bissau, Gâmbia, Gana, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo e São Tomé e Príncipe.
- 5° — Grupamento Econômico dos Grandes Lagos entre Ruanda, Burundi e Zaire.
- 6° — União do Rio Mano entre Serra Leoa e Libéria.

No caso da África do Norte, notam-se, também, esforços no sentido de se alcançar uma complementariedade entre os países árabes e, em especial, entre os países do Maghreb. “Poder-se-á então chegar facilmente a conceber o conjunto do Maghreb como um único espaço econômico e aí dispor uma política de desenvolvimento e de industrialização obedecendo a linhas diretrizes que não deixariam subsistir nenhum elemento de desequilíbrio entre as diferentes regiões” (Argélia — “Avant-projet de charte nationale” — *El Moudjahid* (Supplement Special). Alger, mai 1976. p. 20).

No entanto, divergências econômicas e/ou político-ideológicas impediram a concretização de uma integração neste sentido. Dentro do Maghreb, a partilha do Saara Ocidental e o apoio argelino à luta dos guerrilheiros da Frente Polisário provocou um rompimento de relações com o Marrocos e a Mauritânia. A orientação pró-ocidental da Tunísia impede igualmente um estreitamento de relações entre Argel e Tunís. Resta unicamente a Líbia que não pode ser o parceiro ideal da Argélia por ser igualmente um grande produtor de hidrocarbonetos e estar em processo de industrialização, necessitando também de parceiros que absorvam o excesso de sua produção industrial.

Tentando neutralizar a ação econômica da África do Sul, foi criada em abril de 1980 a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral — SADCC — constituída pelos Estados da Linha de Frente — Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, além do Lesoto, Malawi, Suazilândia, e, na qualidade de observadores, Zaire, o ANC da África do Sul, e a SWAPO da Namíbia.

Angola coordena a área de energia; Botsuana, as doenças animais; Moçambique, transportes e comunicações; Tanzânia, indústria; Zâmbia, estudos para a formação do Fundo de Desenvolvimento Regional; Zimbábue, desenvolvimento rural e alimentação; Malawi, pescas; Suazilândia, formação de mão-de-obra.

Após cerca de dois anos de conversações acaba de ser criada (18/10/83) a Comunidade Econômica da África Central (CEEAC), equivalente na África Central à CEDEAO dos países da sub-região ocidental africana. Os países que assinaram em Libreville o tratado são: Angola, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Congo, Guiné-Equatorial, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Chade e Zaire.

A comunidade preconiza a constituição de um verdadeiro mercado comum da África Central, encaminhando-se para a eliminação dos direitos alfandegários e outros entraves à livre circulação de pessoas e mercadorias. A CEEAC, que tem doze anos para implantar seu mecanismo, deu importância primordial ao setor de coordenação de transportes com vistas ao seu aumento e eficiência. Um fundo especial foi criado para atender aos Estados insulares, enclavados e aos chamados países menos avançados.

Os Bancos e Fundos de Desenvolvimento

Este programa de integração econômica reforçou-se também pela criação de instituições de cooperação financeira destinada a fornecer suporte às atividades das nascentes comunidades econômicas.

Com esta finalidade constituíram-se órgãos financeiros (Bancos ou Fundos de Desenvolvimento) direta ou indiretamente ligados aos organismos de integração econômica.

No plano continental, pode-se citar o Banco Africano de Desenvolvimento e o Fundo Africano de Desenvolvimento ligados diretamente à Organização de Unidade Africana (OUA) e com o objetivo de acelerar o processo de desenvolvimento na África.

Além destes constituíram-se também:

a) Banco de Desenvolvimento dos Estados da África Central fundado entre os países membros da União Aduaneira e Econômica da África Central (UDEAC) e com participação financeira também do Chade e do Koweit.

- b) Fundo Comunitário de Desenvolvimento com o objetivo inicial de estimular as trocas entre os países membros, protegendo-os contra a concorrência dos produtos maciçamente importados da Europa. Compreende os participantes da Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO).
- c) Fundo de Solidariedade Africana composto entre ex-colônias francesas e a França, com associação posterior de países francófonos como o Zaire, Ruanda, Burundi e Ilha Maurício.
- d) Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento, criado pelos Estados Membros da OUA e pelo Banco Central dos Estados da África do Oeste e agrupando os seguintes membros: Costa do Marfim, Benin, Burkina-Faso, Niger, Senegal e Togo.
- e) Sociedade Internacional Financeira para os Investimentos da África que criada sob os auspícios do Banco Africano de Desenvolvimento tem seu capital partilhado entre sociedades privadas dos países desenvolvidos, do Líbano e de Abu-Dnabi. Esta sociedade financia somente empresas privadas.

Por essa relação de Bancos ou Fundos de Desenvolvimento, pode-se concluir que seus objetivos diferem de acordo com seu porte econômico e segundo sua composição, se por todos os Estados da OUA ou alguns países constituindo micro-comunidades limitadas geograficamente. No plano genérico, no entanto, seus objetivos finais são idênticos, ou seja, a promoção de desenvolvimento econômico (regional ou continental).

Para atingir seus objetivos, estas instituições procuram financiar os projetos de desenvolvimento por intermédio de capitais públicos ou privados, seja de origem interna ou externa.

André Badibanga ("Les fonds africains de développement: annexe du système mondial ou instruments de la croissance auto-entretenu?" in *Revue Tiers-Monde*, T. XXII, nº 37, 1981. p. 655-666) critica esta utilização de capitais externos questionando se este fato não contrasta com os objetivos do desenvolvimento autcentralizado que constitui condição prévia à integração econômica africana. Para ele, os bancos e fundos de desenvolvimento, neste esquema, funcionam como canais do capitalismo internacional. Este os utiliza como corredores de transmissão de seus modelos de desenvolvimento para as economias africanas.

Assim, o Fundo Africano de Desenvolvimento, de cuja vocação africana não se duvida, tem em seu conselho de administração o Brasil, Koweit, Arábia Saudita, Argentina, Estados Unidos, Canadá, Alemanha Ocidental, Japão, Itália, Inglaterra, Noruega, Dinamarca, Suíça, Holanda, Iugoslávia, Bélgica, Espanha e Finlândia.

A dúvida de Badibanga é se estes países não se constituirão numa minoria de bloqueio no conselho de administração do Fundo Africano de De-

envolvimento. De outro lado, o fluxo de capitais não estará também condicionado a exigências políticas ou comerciais? Não estarão também os países beneficiários obrigados a aceitar o modelo de desenvolvimento capitalista como o único caminho possível para o desenvolvimento econômico?

Assim, para ele, as instituições financeiras desempenham o papel de apêndices do capital externo ao invés de instrumento do desenvolvimento da África.

A Sociedade Internacional Financeira para os Investimentos na África, que financia somente empresas privadas, tem sua sede administrativa entre Genebra e Luxemburgo.

O Fundo de Solidariedade Africana é igualmente mantido pela França, Inglaterra, Alemanha Ocidental, Bélgica, Estados Unidos, Canadá, Holanda, Japão e Itália.

Esta dependência dos Bancos e Fundos de Desenvolvimento Africano induz ao consumo de capitais externos e à exportação de matéria-prima provocando uma evasão constante da poupança local destinada à renovação dos investimentos. Com isso, podemos considerar que o caráter de extroversão das economias africanas fica ainda mais acentuado.

A Crítica ao Modelo de Integração

A teoria econômica enfatiza três aspectos essenciais para que um sistema de integração constituído sob a forma de união aduaneira, como os que estamos analisando, possa surtir os efeitos almejados:

- as economias dos países-membros sejam muito concorrenciais e potencialmente muito complementares;
- a proporção do comércio entre os países membros seja mais elevada em relação ao comércio total;
- a proporção do comércio exterior de cada país-membro seja mais fraca em relação à sua produção doméstica.

Estas duas últimas pressuposições não correspondem, no entanto, à situação inicial da integração regional africana, sendo o comércio intraregional muito restrito em relação ao comércio total. Da mesma forma, devido a deficiências no aparelho produtivo, a maior parte de seus abastecimentos é suprida através de importações, resultando maior peso ao comércio exterior do que para a produção interna.

De acordo com Bruno Bekolo-Ebé ("Une analyse de quinze ans d'échanges entre pays africains (1960-1975)" in — *Revue Tiers-Mond*, T. XVIII, nº 70, avril-juin 77. p. 367-380), o comércio interafricano ocupa um lugar marginal no conjunto das trocas exteriores, correspondendo no geral a aproximadamente 10% das exportações totais. No período por ele analisado

(1960 a 1975), por exemplo, a parcela do comércio interafricano representou 4% na Argélia, 8% na Costa do Marfim, 15% no Senegal, 9% no Camarões e noutro exemplo extremo 58% no Burkina-Faso.

Este caso extremo do Burkina-Faso possibilita inferir que para alguns países, principalmente os localizados no interior do continente, devido à sua situação econômico-financeira, o comércio regional não é marginal, mas sim vital.

Dado a indisponibilidade de dados de trocas entre os países integrantes dos diferentes organismos de integração regional, pode-se utilizar os dados do comércio de alguns países com o total África para comprovar que o comércio intrafricano permanece ainda irrisório. Assim, os quadros abaixo referentes a somente quatro países mostram que o relacionamento comercial destes países com o restante da África é praticamente marginal. (Fonte: Fundo Monetário Internacional: *Direction of Trade Statistics Yearbook*, 1983. Washington.)

Participação das Exportações para Países Africanos

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Argélia	1.1	1.2	0.8	0.8	1.1	1.2	1.3
Angola	1.4	0.4	0.2	0.3	0.3	0.3	0.3
Gabão	1.4	1.3	0.2	2.9	2.8	2.6	2.4
Nigéria	2.1	2.3	2.8	1.8	1.6	1.8	1.9

Participação das Importações de Países Africanos

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Argélia	1.4	2.4	2.7	2.1	2.6	2.5	2.3
Angola	0.4	1.2	1.7	0.8	0.4	0.7	1.0
Gabão	2.4	2.1	2.3	5.4	4.7	3.7	4.4
Nigéria	0.9	1.1	0.8	1.3	1.2	0.9	1.2

Para diversos analistas, a concepção de integração aplicada na África é inadequada por advir da teoria clássica da integração que se interessa primordialmente pelos efeitos nas trocas a partir da supressão dos direitos de alfândega.

Esta concepção harmonista e estática pode ser operacional para economias cujas estruturas econômicas estão estabelecidas e cujo aparelho de produção só necessita de medidas de correções conjunturais. Trata-se então de economias cujas estruturas de produção são próximas e o nível de trocas já é elevado.

Dessa forma, a aplicação desta concepção no caso dos países africanos não é factível já que as preocupações são dirigidas aos direitos de alfândega, às tarifas exteriores comuns, a acordos de comércio entre diferen-

tes países, negligenciando-se, no entanto, o essencial, ou seja, o aparelho de produção.

A consequência desta concepção de integração foi a manutenção de uma estrutura de produção incompatível com o objetivo fixado.

Desenvolver as trocas na teoria clássica da integração supõe que as estruturas de produção sejam adequadas. Este, entretanto, não é o que ocorre no caso dos países africanos. A maioria destes países caracteriza-se pela importância dada a um ou dois produtos para os quais se orienta o essencial dos investimentos. Assim, no Senegal, a economia repousa basicamente na cultura do amendoim. Na Costa do Marfim, o cacau e o café fornecem o essencial das vendas, assim como também no Camarões. Em Zâmbia, são as exportações de cobre que dominam a economia. Esta observação pode ser igualmente estendida a outros países como, por exemplo, a Nigéria, o Zaire, Argélia, Líbia, etc. Tem-se, assim, uma estrutura da produção essencialmente primária, orientada para exportar aos países industrializados.

Nestas condições e apesar da vontade declarada de desenvolver as trocas interafricanas, estas não podem crescer pois o aparelho de produção é concebido para se integrar ao mercado do Centro e não para o desenvolvimento dos mercados da periferia.

Consequentemente, há uma profunda contradição entre o desenvolvimento das trocas interafricanas e a manutenção das estruturas de produção existentes.

Para Arthur Hazlewood ("African Integration and Disintegration". London, Oxford University Press, 1967, p. 10), "integração não é simplesmente uma questão de tarifas mais baixas. A existência de tarifas não é o único, nem mesmo o principal impedimento ao comércio entre os países da África. A principal razão para o baixo índice de comércio está localizada nas estruturas econômicas dos países. As economias de virtualmente todos estes países estão orientadas para a exportação de produtos primários e para a importação de manufaturados. As necessidades de importação dos países africanos (exceto em poucos casos) não podem ser satisfeitas pelos demais países da África. Além disto, acrescenta-se o fato de que a "infra-estrutura" para um comércio intrafricano é geralmente deficiente".

Bruno Bekolo-Ebé conclui, em sua análise, que quanto mais desenvolvido o país, menos ele se interessa pelas trocas interafricanas, pois a integração ao mercado mundial torna-se muito mais forte. Isto é, para ele, uma constatação de que se trata de um crescimento em conformidade com os impulsos do Centro ou, de outro lado, de que mantêm-se ainda na África estruturas ligadas aos países desenvolvidos que não possibilitam um desenvolvimento mais intenso do comércio interafricano.

Neste sentido, a crítica de Melchiade Yadi ("Les systèmes d'intégration regionale africaine". Thèse n° 249, Université de Genève, 1979. 369 p.), é bem adequada ao observar que os países da África Central e Oriental não

tinham se libertado da concepção de integração desenvolvida no tempo da colonização. Isto é, era o receio de perder um certo número de vantagens resultantes da integração colonial que induzia os Estados interessados a manter este tipo de integração, sendo estes organismos de cooperação visualizados como compromisso entre o revés das tentativas de formação de uma união política regional e o temor das consequências provavelmente nefastas que adviriam em decorrência do desmantelamento integral dos laços estabelecidos entre os diferentes países pelo sistema colonial.

Julius Omozuanvbo Ihonvbere ("Social aspects of economic integration: The case of the Economic Community of West African States" in *The Korean Journal of International Studies*, vol. XIV, n° 1, Winter 82/83 — Seoul-Korea, p. 3-23) procurou relacionar os principais obstáculos para o funcionamento efetivo dos organismos de integração econômica na África apontados em diferentes estudos sobre cooperação regional. Esta relação inclui barreiras de linguagem, diferenças ideológicas, suspeitas e ciúmes entre líderes, limitações de mercados e de capacidades produtivas, diferenças culturais, comunicações pobres, sejam aéreas, rodoviárias ou ferroviárias, proliferação de indústrias similares, exportação de produtos competitivos entre si, dependência externa de suas economias, existência de diversas moedas inconvertíveis, instabilidade política e falta de uma vontade política de promover alterações para efetivar a integração econômica. Além disso, reconhece-se quase que unanimemente que a maior parte dos países de economia fraca não podem financiar programas de desenvolvimento em larga escala.

No entanto, para este autor, os problemas que agem no sentido de entrar os esquemas de integração são resultantes antes de mais nada do impacto do colonialismo e da consequente dependência neo-colonial. Assim, os entraves para as relações comerciais observadas entre os países do Oeste africano advêm:

- a) do passado colonial que garantiu a criação de uma classe pequeno-burguesa que estruturou as economias para dependência das metrópoles;
- b) os Estados pós-coloniais foram dominados por corporações transnacionais verticalmente integradas formando pequenos laços dentro da região;
- c) os interesses das classes pós-coloniais na região que por causa dos substanciais benefícios que usufruem de sua posição dependente não vêem razões para reestruturação fundamental das economias internas.

Para o autor, a dependência neocolonial é um dos mais fundamentais problemas da integração econômica e não língua, ideologia, ciúmes, etc. . .

A incapacidade de gerar relações comerciais, garantir estabilidade política e reestruturar a economia regional no interesse da região é igualmente produto da dependência neocolonial.

Neste aspecto, a Convenção de Lomé desempenha um papel muito importante na manutenção da Europa como parceiro da África, entravando o desenvolvimento ou o funcionamento dos organismos de integração regional. Apesar de tida e criticada como geradora de laços neocoloniais, a Convenção de Lomé foi assinada inicialmente em fevereiro de 1975 e renovada em março de 1980, por outros cinco anos, entre a CEE (Comissão Econômica Européia) e os países ACP (África, Caribe e Pacífico). Somente oito países da África não se tornaram membros da Convenção: Argélia, Marrocos, Tunísia, Líbia, Egito, Sudão, Angola e Moçambique. A maior parte dos países da África do Norte mantém acordos diretos de associação com a CEE e Angola e Moçambique já manifestaram a intenção de participar das negociações abertas em setembro de 1983 para renovação da Convenção.

Os objetivos desta Convenção são o de estabelecimento de relações de cooperação baseada na igualdade entre os associados considerando seus respectivos níveis de desenvolvimento para promoção da cooperação comercial e fomento do desenvolvimento industrial através da cooperação técnica e financeira.

Note-se, nos quadros abaixo, a importância que a CEE detém no relacionamento comercial dos mesmos quatro países para os quais o comércio intrafricano é marginal. (Direction of Trade Statistics, Yearbook, 1985. Washington.)

Participação das Exportações para C E E

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Argélia	44.1	38.1	36.5	36.7	38.7	44.4	61.2
Angola	10.9	6.6	16.2	11.7	13.0	8.1	18.4
Gabão	63.3	28.9	35.2	41.9	38.4	40.1	38.2
Nigéria	37.7	34.3	43.6	40.1	41.5	30.8	38.9

Participação das Importações da C E E

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Argélia	60.1	57.7	59.1	63.2	65.1	61.5	52.3
Angola	38.8	39.8	44.8	36.3	35.8	33.1	38.9
Gabão	83.2	83.1	70.9	64.1	63.3	54.6	54.4
Nigéria	62.1	60.4	59.2	57.0	55.4	51.9	52.9

Analisando-se a pauta de produtos do intercâmbio comercial entre a CEE e a África, dentro do plano da Convenção de Lomé, nota-se que a África permanece basicamente como exportadora de matérias-primas em estado bruto, principalmente petróleo, enquanto que a CEE exporta máquinas e material de transporte e produtos manufaturados.

Assim, a Convenção de Lomé favorece a manutenção da estrutura de produção existente nos países africanos (idéia de fornecedores de matérias-

primas e importadores de capital e tecnologia), enfatizando questões secundárias sem atingir o problema prioritário de desenvolvimento das economias locais.

Porém, além de todos estes entraves advindos do processo colonial, não podemos deixar de considerar alguns fatores específicos da sociedade africana. Uma boa parte da população ignora as fronteiras em suas atividades econômicas. Isto sucede com os Tuaregues que se deslocam no Saara através de seus territórios diferentes; os Fulani que pastoreiam seu gado nas zonas da savanas da África Ocidental, desde a Guiné até a Nigéria, os diversos grupos de Somalis que utilizam as pastagens do Sudeste da Etiópia, os pastores Masai da Tanzânia e do Quênia.

Andrew M. Kamarck ("A economia da África". Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1972 — 488 p.) lembra que as estatísticas oficiais do comércio interafricano são até certo ponto deficientes em decorrência do intercâmbio de produtos locais sem registro. Aponta como exemplo o grande comércio de gado na África Ocidental que se desloca desde a savana do Burkina-Faso, Mali, Niger e Chade para os consumidores dos países da costa atlântica.

Os níveis de preços ou de taxação de impostos favorecem também o contrabando. "Se, por exemplo, o preço de compra de cacau é mais alto em Gana do que na Costa do Marfim, os agricultores procuram vender seu cacau em Gana. O Congo, na década de 60, foi um grande exportador de diamantes, embora ali não haja nenhuma mina de diamante" (Kamarck op. cit. p. 74).

Não se pode também deixar de citar um tipo de organização comercial que representa um processo muito difundido na África e que dado seu funcionamento específico parcialmente prejudica a performance dos organismos de integração regional: o "mercado local".

Ele desempenhou um papel importante no tempo das caravanas e da escravatura, persistindo após a "partilha da África" apesar das pressões exercidas pelas potências coloniais e mesmo posteriormente pelas autoridades nacionais. Isto porque sua área de influência não respeita as fronteiras nacionais. Pode-se constatar, por exemplo, que a população da cidade de Maradi, da etnia haussa, situada no Niger a 40 kms da Nigéria, continua a se abastecer e vender seus produtos no mercado de Djibiya, na província de Kano na Nigéria. E que, por sua vez, toda a região depende para uma parte importante de seus abastecimentos do mercado nigeriano de Kano a 225 kms de Maradi.

Estes mercados são normalmente controlados por uma classe de ricos comerciantes que detêm uma posição equivalente à da aristocracia de poder tradicional e da classe moderna de funcionários e altos assalariados. No mercado, assentados atrás de uma mesa, que é um indício de sua prosperidade, estes comerciantes (chamados em francês de "tablier" e na língua haussa de "dan tabur") realizam vultosos negócios. Normalmente, eles en-

cabeçam uma rede de revendedores aos quais fornecem mercadorias a crédito. Pode-se inclusive dizer que os comerciantes são principalmente agentes financeiros que distribuem crédito, ao nível pessoal, para as diferentes escalas de vendedores.

Para continuarmos no caso acima citado do Maradi, na tentativa de romper a força destes mercados, criou-se no Niger a Cooperativa de Produção do Niger (Coproniger) com a finalidade de racionalizar o abastecimento da população. Esta cooperativa se organizou como um instrumento de compra e venda em posição de concorrência ao setor privado; assim, o milho, como outros produtos de primeira necessidade eram comprados no exterior ou nas regiões onde o preço estivesse mais baixo e revendido a um preço um pouco mais elevado. Porém, pela sua baixa assimilação por parte dos produtores e consumidores, esta fórmula teve de ser abandonada.

Para reforçar a importância do mercado local no quotidiano econômico africano pode-se citar o caso da noz de cola de uso altamente difundido e cuja distribuição ocorre na quase totalidade através deste canal. Ela é importada do sul na Nigéria e sua distribuição é monopólio dos grandes comerciantes que a trazem em caminhões e a vendem para revendedores mais modestos que por sua vez utilizam os serviços de pequenos varejistas. Nesse processo de revenda, a possibilidade de fracionar a mercadoria é muito numerosa. Assim, a noz de cola é vendida ao cesto, ao cento, em monte de cinco, três duas, à unidade ou mesmo na metade.

Conclusão

Conclui-se, pelo que vimos, que os organismos de integração econômica estabelecidos na África não conseguiram ainda atingir seus objetivos iniciais de acelerar o processo de desenvolvimento econômico através da união de seus mercados pelo estabelecimento de políticas aduaneiras comuns.

Ao nível continental, a OUA reconhece que "as estratégias de desenvolvimento que os governos africanos aplicam desde a independência são de origem estrangeira, desde que decorrentes de teorias do desenvolvimento econômico que foram concebidas durante os períodos coloniais e neocoloniais para racionalizar a estrutura de produção colonial na África". (Para este problema ver Kwan Kouassi — "Une contribution africaine au nouvel ordre économique international: le plan d'action de Lagos pour le développement économique de l'Afrique". Comunicação apresentada no XIIº Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política. Rio de Janeiro, 1982) Para tentar reverter esta tendência, interiorizando o processo de desenvolvimento do continente africano, a OUA propôs e aprovou em abril de 1980 uma nova estratégia que ficou sendo conhecida como o Plano de Ação de Lagos. As principais características deste Plano são:

- a) ênfase na importância dos mercados regionais e sub-regionais para a oferta dos fatores de produção e para o consumo final dos bens e serviços;
- b) a necessidade de conhecer a importância dos recursos naturais não só para determinar as linhas de produção, mas também para organizar e gerir a produção e a distribuição;
- c) a necessidade de uma articulação interna entre os diferentes setores da economia.

Assim, tanto para o desenvolvimento do continente como um todo, quanto para um maior funcionamento efetivo dos organismos de integração regional, acredita-se que se o comércio intraregional é dependente das estruturas de produção de cada país membro, o mais importante é a reestruturação do aparelho de produção

Esta reestruturação deve considerar suficientemente os recursos naturais disponíveis, as capacidades dos empresários africanos, a mão-de-obra qualificada, a tecnologia local, bem como o caráter e a dinâmica do mercado interno para poder definir escolhas de especialização econômica em função das necessidades potenciais das populações regionais.

A manutenção das atuais estruturas de produção, concebidas durante os períodos coloniais e neocoloniais, ao mesmo tempo que tendem a reforçar a dependência econômica da África, provocam uma diminuição correspondente dos meios de que dispõem os governos africanos para promover e financiar a execução de seus programas de desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- ACHARYA, Shankar N., "Perspectives and problems of development in sub-saharan Africa" In: World Development, vol. 9, nº 2, February 1981. p. 169-148.
- AKINTAN, "The law of international economic institutions in África". A. W. Sighoff. Leyden, 1972.
- AMIN, Samir, "Sous-développement et dépendance en Afrique Noire: les origines historiques et les formes contemporaines". In: Revue Tiers-Monde, T. XIII, nº 52, 1972. p. 753-778.
- ARGÉLIA, "Avant-projet de charte nationale" El-Moudjahid (Supplement Special), Alger, mai 1976. 32p.
- BADIBANGA, André., "Les fonds africains de développement: annexes du système mondial ou instruments de la croissance auto-entretenu?". In: Revue Tiers-Monde, T. XXII, nº 37, juillet-septembre 1981. p. 655-666.
- BERNIS, G. Destanne de; CHOZALI, Sid Ahmed., "Les hydrocarbures, l'industrialisation et l'Algérie". Alger, apostilado, s.d., 42p.

- EBÉ, Bruno Bekolo., "Une analyse de quinze ans d'échanges entre pays africains (1960-1975)". In: Revue Tiers-Monde, T. XVIII, n° 70, avril-juin 1977. p. 367-380.
- HAZLEWOOD, Arthur, "African integration and disintegration". London, Oxford University Press, 1967. 403p.
- HAZLEWOOD, Arthur, "El fin de la comunidad de África Oriental: cuáles son las lecciones para los esquemas de integración regional?". In: Estudios del Tercer Mundo, vol. 3, n° 4, dezembro 1980. p. 113-130.
- IHONVBERÉ, Julius O., "Social aspects of economic integration: the case of the economic community of west African states". In: The Korean Journal of International Studies, vol. XIV, n° 1, Winter 1982/83. p. 3-22.
- KAMARCK, Andrew M., "A economia da África". Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1972. 488p.
- KOUASSI, Kwam., "Une contribution africaine au nouvel ordre économique international: le plan d'action de Lagos pour le développement économique de l'Afrique". Comunicação apresentada no XIIº Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política, Rio de Janeiro, 1982. (mimeografado).
- MUNRO, J. Forbes., "Africa and the international economy: 1800-1960". Londres, J. M. Dent and Sons, 1976. 230p.
- VAITSOS, Constantine V., "Crisis in regional economic cooperation (integration) among developing countries: a survey". In: World Development, vol. 6, n° 6, June 1978. p. 719-770.
- YADI, Melchiade., "Les systèmes d'intégration régionale africaine". Thèse n° 249: Université de Genève. 1979. 369p.